



Arenal Participações S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 26214-011-PB





Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Arenal Participações S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arenal Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Arenal Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Arenal Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.514	597
Impostos a recuperar	5	48	27
Total do ativo circulante		1.562	624
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	9	4.264	4.220
Investimentos	6	52.496	57.665
Total do ativo não circulante		56.760	61.885
Total do ativo		58.322	62.509

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	7	19	12
Empréstimos e financiamentos	8	-	3.552
Partes relacionadas	9	-	1.260
Obrigações tributárias	-	1	-
Total do passivo circulante		20	4.824
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	10	13.106	13.106
Total do passivo não circulante		13.106	13.106
Patrimônio líquido			
	13		
Capital social	13.1	9.207	9.207
Reserva legal	13.2	298	267
Reserva de capital	13.3	8.752	8.752
Reserva de lucros	-	26.939	26.353
Total do patrimônio líquido		45.196	44.579
Total do passivo e patrimônio líquido		58.322	62.509

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	14	(896)	(472)
Resultado de equivalência patrimonial	6	1.450	(2.359)
Outras receitas e despesas	15	99	(188)
Despesas tributárias	-	(6)	(2)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		647	(3.021)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	106	38
Despesas financeiras	16	(136)	(923)
Resultado financeiro, líquido		(30)	(885)
Lucro (prejuízo) antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		617	(3.906)
IRPJ e CSLL corrente	17	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		617	(3.906)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	617	(3.906)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-
(=) Resultado abrangente total	617	(3.906)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.727	267	8.752	30.259	41.005
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.906)	(3.906)
Aumento de capital	-	7.480	-	-	-	7.480
Saldos em 31 de dezembro de 2024		9.207	267	8.752	26.353	44.579
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	617	617
Reserva legal	13.2	-	31	-	(31)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		9.207	298	8.752	26.939	45.196

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arenal Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		617	(3.906)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Resultado com distribuição desproporcional	6.a	(99)	198
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	8	135	860
Resultado de equivalência patrimonial	6.a	(1.450)	2.359
Acréscimo (decréscimo) em ativos			
Dividendos recebidos	6.a	6.718	2.443
Impostos a recuperar	5	(21)	36
Decréscimo (acréscimo) em passivos			
Fornecedores	7	7	(18)
Obrigações tributárias	-	1	(7)
Pagamento de encargos sobre empréstimos	8	(68)	(824)
Partes relacionadas	9	(1.260)	810
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.580	1.951
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Partes relacionadas	9	(44)	(4.220)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(44)	(4.220)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos	8	(3.619)	(5.369)
Aumento de capital social	13	-	7.480
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(3.619)	2.111
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		917	(158)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	597	755
No final do exercício	4	1.514	597
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		917	(158)
As atividades operacionais não envolvendo caixa			
Reserva Legal		31	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Arenal Participações S.A. (“Arenal” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 07 de junho de 2018, com sede no município de Belo Horizonte – MG tem como objeto social a participação em outras Companhias, como quotista ou acionista, em Companhias empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Companhia é controlada pela NEC Operações e Participações em Energia Ltda. (“Controladora”), fazendo parte do grupo econômico formado pelas demais empresas controladas.

A Arenal, a partir de 06 de setembro de 2018, passou a ser detentora de 51% das quotas da Costa Rica Energética Ltda. (“Costa Rica”), mediante a sessão de quotas da sócia EDP Energias do Brasil S.A.

A Administração da Companhia aprovou a adesão da PCH Costa Rica, detentora de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Com consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos.

No caso da PCH Costa Rica, o prazo de extensão foi de 1.152 dias. A Costa Rica reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da Aneel nº 11.344, em 15 de março de 2022, no valor de R\$9.850. Destaca-se que se trata de registro contábil cujos efeitos financeiros passarão a existir a partir do final da outorga vigente em 05 de novembro de 2031.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal (“going concern”) dos negócios da Companhia, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelo sócio de recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhias em 25 de fevereiro de 2026.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

2.2. Principais políticas contábeis materiais**a) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas sociedades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas contábeis e operacionais.

Para ser classificada como uma sociedade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da sociedade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da sociedade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

b) Aquisição de participação de quotistas não controladores

É registrado como transações entre quotistas (Transações de capital). Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros da Companhia incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa, reconhecidos considerando o custo amortizado.

g) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; e **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

j) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda – calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

k) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias anuais nas normas contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

Alterações à IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026

3.2. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, incluindo ativos, passivos, receitas e despesas.

Esses julgamentos e estimativas são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e, quando aplicável, nos períodos futuros afetados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	9	20
Aplicações financeiras (i)	1.505	577
Total	1.514	597

(i) Em 2025 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB) – DI, com risco insignificante de perda de valor, são remuneradas a taxas de mercado de 96,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,5% do CDI em 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

5. Imposto a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e IRRF a compensar	48	27
Total	48	27

6. Investimentos

O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
Costa Rica Energética Ltda	12.186	12.876
Costa Rica Energética Ltda - Mais-valia	40.310	44.789
Total	52.496	57.665

a) O quadro a seguir apresenta a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Costa Rica
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.665
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	(2.359)
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	(198)
(-) Dividendos recebidos	(2.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	57.665
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	1.450
(+ / -) Resultado com distribuição desproporcional	99
(-) Dividendos recebidos	(6.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	52.496

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

b) O quadro a seguir apresenta o saldo de investimento a partir do patrimônio líquido das investidas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Companhia	31/12/2025					
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais Valia	Tributos diferidos	Total do investimento
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	23.894	12.186	61.076	(20.766)	52.496
Total		23.894	12.186	61.076	(20.766)	52.496

Companhia	31/12/2024					
	Participação (%)	Patrimônio líquido	Saldo de participação	Mais Valia	Tributos diferidos	Total do investimento
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	25.247	12.876	67.862	(23.073)	57.665
Total		25.247	12.876	67.862	(23.073)	57.665

c) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das coligadas estão apresentadas a seguir:

Posição patrimonial controladas das investidas diretas							
31 de dezembro de 2025							
Companhia	Participação (%)	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	25.477	1.583	23.894	11.646	52.496	1.450
Total investimento		25.477	1.583	23.894	11.646	52.496	1.450

Posição patrimonial controladas das investidas diretas							
31 de dezembro de 2024							
Companhia	Participação (%)	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Costa Rica Energética Ltda.	51,00%	26.149	902	25.247	364	57.665	(2.359)
Total investimento		26.149	902	25.247	364	57.665	(2.359)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

d) Os saldos do resultado do MEP da investida, estão compostos a seguir:

Resultado do MEP da Investida direta	31/12/2025	31/12/2024
Equivalência patrimonial	5.929	2.120
Amortização mais-valia	(6.786)	(6.786)
Imposto de renda e CSLL sobre mais-valia	2.307	2.307
Total	1.450	(2.359)

7. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de serviços e mercadorias	19	12
Total	19	12

8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional		
Cédula de Crédito Bancário (CCB) (i)	-	3.552
Total	-	3.552

(i) A Arenal realizou a liquidação do empréstimo no dia 21 de fevereiro de 2025. Com a quitação integral da dívida, todas as obrigações financeiras relacionadas ao empréstimo foram plenamente cumpridas.

	31/12/2024	(+)Juros provisionados	Amortização	(-)Juros Pagos	IOF	31/12/2025
CCB Itaú	3.552	70	(3.619)	(68)	65	-

	31/12/2023	(+)Juros provisionados	Amortização	(-)Juros Pagos	IOF	31/12/2024
CCB Itaú	8.885	761	(5.369)	(824)	99	3.552

9. Partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Não Circulante		
Mútuo		
CEI Participações em Projetos de Energia LTDA	4.264	4.220
Total	4.264	4.220
Passivo Circulante		
Operacional		
NEC Energia Participações S.A.	-	1.260
Total	-	1.260
Resultado		
NEC Energia Participações S.A. (i)	808	919
Total	808	919

(i) Os valores tratam de rateio do compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, conforme critérios definidos pela administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

10. Tributos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ Diferido	9.637	9.637
CSLL Diferido	3.469	3.469
Total	13.106	13.106

Os tributos diferidos registrados nas Demonstrações Contábeis referem-se exclusivamente ao reconhecimento contábil da mais-valia apurada em operação societária realizada em exercícios anteriores.

11. Renuneração do pessoal-chave da administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia a ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

12. Provisão para riscos

A Companhia figura como parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões de natureza trabalhista, cível e administrativa.

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, revisa periodicamente o andamento desses processos e a estimativa de risco envolvida.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem processos classificados como de perda provável, nos termos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, razão pela qual não foi constituída provisão para contingências nessas datas.

Os processos classificados como de perda possível, quando aplicável, são divulgados em nota específica, não havendo valores relevantes a provisionar.

Perdas possíveis

A Companhia avalia periodicamente seus processos judiciais, com base na opinião de seus assessores jurídicos. Nos exercícios de 2025 e 2024, não foram identificados processos classificados como de perda possível, razão pela qual não há divulgações adicionais ou provisões relacionadas a essa classificação.

13. Patrimônio líquido**13.1. Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 9.207, dividido em 8.065 (oito milhões, sessenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e três) ações, sendo: **(a)** 7.970.000 (sete milhões, novecentos e setenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e **(b)** 95.643 (noventa e cinco mil, seiscentas e quarenta e três) ações preferenciais resgatáveis denominadas PN, nominativas e sem valor nominal (“Ações preferenciais”).

Acionistas	Ações			%
	Preferenciais	Ordinárias	Total	
NEC Operações e Participações em Energia Ltda.	-	3.985.788	3.985.788	49,42%
Polaris Participações Ltda.	95.643	3.984.212	4.079.855	50,58%
Total	95.643	7.970.000	8.065.643	100,00%

13.2. Reserva legal

Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, até que o saldo dessa reserva atinja 20% do capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu o montante de R\$ 31 para a reserva legal, por meio da destinação do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital, nos termos da legislação societária vigente.

13.3. Reserva de capital

Conforme AGEs a Companhia realizou as seguintes movimentações na conta de Reserva de Capital:

Em 06 de setembro de 2018, foi constituída a conta com saldo de R\$ 8.500 (oito milhões e quinhentos mil reais, em 07 de janeiro de 2019, ocorreu a redução do saldo em R\$ 1.761 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil e quinze reais); e 13 de março de 2019, foi realizado um aumento do saldo em R\$ 2.013 (dois milhões, treze mil, cento e quarenta reais). Essas alterações foram deliberadas nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE).

14. Despesas gerais e administrativas

O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesa com materiais, utilidades e serviços	(2)	(14)
Serviços de terceiros	(86)	463
Outras	-	(2)
Rateio de despesas administrativas (i)	(808)	(919)
Total	(896)	(472)

(i) O rateio se trata de compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela administração.

15. Outras receitas (despesas)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de distrib. desproporcional	99	(198)
Outros	-	10
Total	99	(188)

16. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	106	31
Atualização monetária	-	7
Total	106	38
Despesas Financeiras		
IOF	(67)	(99)
juros sobre empréstimos e financiamentos	(69)	(824)
Total	(136)	(923)
Resultado Financeiro, líquido	(30)	(885)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

17. Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apurou despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente, em razão da inexistência de base tributável no período.

Em atendimento ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia reconhece tributos diferidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos, calculados às alíquotas vigentes de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/Prejuízo antes do IR/CS	617	(3.906)
IR/CS à alíquota nominal (34%)	(210)	1.328
(+) Despesas não dedutíveis	99	198
(-) Receitas não tributáveis (equivalência)	(1.450)	2.359
(+/-) Diferenças temporárias	8	4
Base IR/CS corrente	(726)	(1.345)
IR corrente	-	-
IR diferido	-	-

18. Instrumentos financeiros**18.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa - Custo amortizado	1.514	597
Partes relacionadas - Custo amortizado	4.264	4.220
Total	5.778	4.817
Passivos financeiros		
Fornecedores - Custo amortizado	19	12
Empréstimo - Custo amortizado	-	3.552
Partes relacionadas - Custo amortizado	-	1.260
Total	19	4.824

18.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria da Companhia de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Companhia.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

19. Transações que não impactam caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Constituição da reserva legal	31	-
Total	31	-

20. Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requerem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Maria Tereza Diniz Carneiro

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Mauricio Aquino Halewicz

Mauricio Aquino Halewicz

Diretor

CPF: 694.701.200-78

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54
